



**CLIPPING INTERNET**  
**20/06/2020 ATÉ 20/06/2020**



# INDÍCE

---

|   |   |     |
|---|---|-----|
| 1 | CENTRAL DE INQUÉRITOS                     |     |
|   | 1.1 BLOG ATUAL 7.....                     | 1   |
|   | 1.2 BLOG DO MINARD.....                   | 2   |
|   | 1.3 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....       | 3   |
| 2 | CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS |     |
|   | 2.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....            | 4   |
|   | 2.2 SITE MA 10.....                       | 5   |
| 3 | COMARCAS                                  |     |
|   | 3.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....            | 6   |
|   | 3.2 SITE O MARANHENSE.....                | 7 8 |
| 4 | DESEMBARGADOR                             |     |
|   | 4.1 BLOG NETO CRUZ.....                   | 9   |
| 5 | FÓRUM DE SÃO LUÍS                         |     |
|   | 5.1 SITE O MARANHENSE.....                | 10  |
| 6 | PLANTÃO NO TJMA                           |     |
|   | 6.1 SITE O MARANHENSE.....                | 11  |
| 7 | VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS    |     |
|   | 7.1 BLOG GILBERTO LEDA.....               | 12  |

## **Justiça manda Abdon Murad Jr. entregar passaporte e usar tornozeleira eletrônica**

Médico também está proibido de se ausentar de São Luís  
20/06/2020 12h47min

A Justiça do Maranhão proferiu decisão determinando a entrega do passaporte e uso de tornozeleira eletrônica pelo médico Abdon José Murad Junior, 38, um dos cirurgiões bariátricos mais conceituados do estado. Ele também está proibido de se ausentar de São Luís.

Proferida pelo juiz Francisco Ferreira Lima, da Central de Inquéritos, na última quarta-feira 17, a decisão atende a pedido da Polícia Civil, por intermédio da SPCC (Superintendência de Polícia Civil da Capital), no bojo do inquérito criminal que apura os crimes de estelionato e contra a economia popular.

Segundo as investigações da Delegacia Especializada de Defraudações e do 4º DP do Vinhais, o médico encabeçaria suposta pirâmide financeira responsável por captar recursos milionários de terceiros sob o pretexto de investir no mercado de capitais.

A Polícia Federal e o MPF (Ministério Público Federal) também investigam o suposto esquema, que teria movimentado mais de R\$ 300 milhões e prometia até 15% ao mês de lucro sobre o aporte financeiro. Como os casos correm em segredo de Justiça, os órgãos não repassaram estimativa de prejuízo, número de possíveis vítimas ou outros dados.

Além de megaempresários, a suposta fraude teria a participação de agiotas, promotores, juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão. A CGJ (Corregedoria-Geral de Justiça) também apura o caso, em relação aos magistrados de primeira instância, por meio de sindicância instaurada no final do ano passado.

## **Justiça manda Abdon Murad Jr. entregar passaporte e usar tornozeleira eletrônica**

A Justiça do Maranhão proferiu decisão determinando a entrega do passaporte e uso de tornozeleira eletrônica pelo médico Abdon Murad Júnior. Ele também está proibido de se ausentar de Luís.

A decisão atende a pedido da Polícia Civil, por intermédio da SPCC (Superintendência de Polícia Civil da Capital) - (Delegacia Especializada de Defraudações e do 4º DP do Vinhais), no bojo do inquérito criminal que apura os crimes de estelionato e contra a economia popular.

Segundo as investigações, o médico encabeçaria suposta pirâmide financeira responsável por captar recursos milionários de terceiros sob o pretexto de investir no mercado de capitais.

Abdon também está proibido de se ausentar de São Luis...

BLOG DO ATUAL 7

## **DPE quer indenização a donos de bares derrubados no Olho d'Água**

Antigos proprietários de bares situados na Avenida Atlântica, na praia do Olho d'Água, derrubados pelo poder público em 2016, poderão ser ressarcidos e indenizados dos prejuízos ocasionados à época, em especial as famílias que utilizavam a atividade como única fonte de renda e ainda residiam no local. É o que propõe a Ação Civil Pública, com pedido de liminar, ajuizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Grande Ilha, contra o Estado do Maranhão e o Município de São Luís.

Os argumentos apresentados na inicial, assinada pelo defensor público Jean Nunes, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria, se baseiam nos relatos destes proprietários, muitos deles idosos, que já desenvolviam atividades comerciais no local há muitos anos. Segundo levantamento, a derrubada trouxe como consequência danos de ordem material e moral aos comerciantes, alguns se encontrando, inclusive, sem residência e sem condições de adimplir suas obrigações.

Dentre os pedidos feitos à Justiça, em caráter liminar, está a inclusão dos autores da ação, que se encontram em situação iminente de desabrigo, em programas de assistência à moradia, como o aluguel social, até o trânsito em julgado do processo.

Ratificando a medida liminar, se previamente concedida, a instituição defensorial requer a condenação dos réus, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos materiais em favor de cada um dos seus assistidos, conforme levantamento realizado, cabendo acréscimos referentes à atualização monetária e juros. Também foi solicitado na ACP que seja paga compensação por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 para cada um dos oito trabalhadores que tiveram retirada sua fonte de renda.

A ação pretende, sobretudo, resguardar os direitos de seis assistidos que além da renda, perderam sua moradia, depois da demolição das barracas. Para estes, a Defensoria pede compensação por danos morais no valor de R\$ 40.000,00.

Outro ponto importante requerido na ação foi a inversão do ônus da prova em favor dos autores, conforme legislação vigente, uma vez que os comerciantes foram retirados da área sob a justificativa genérica de que estavam funcionando sem licenças estatais e que o espaço era utilizado para prostituição e prática de ilícitos.

Ainda conforme a inicial, a referida ação de derrubada foi conduzida pelo Ministério Público, através da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial, pela Blitz Urbana, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) e pela Polícia Militar do Estado do Maranhão, com o suporte de equipamentos pesados como retroescavadeiras e caçambas. A medida não resultou do esgotamento dos meios alternativos de solução dos conflitos.

CONTINUE

LENDO

EM

<https://gilbertoleda.com.br/2020/06/20/dpe-quer-indenizacao-a-donos-de-bares-derrubados-no-olho-dagua/>



## **Deputado estadual filho de Desembargador trocará comando na Fazenda de Paço do Lumiar**

O período pré-eleitoral em Paço do Lumiar está sendo a época da dança das cadeiras, na gestão interina de Paula da Pindoba.

Informantes bem posicionados do Blog asseguram que haverá uma troca no comando da Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ). A indicação parte do deputado estadual Pará Figueiredo, filho do Desembargador José Joaquim, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Neste caso sai **Ciro Rafael**, secretário atual da pasta e também nome indicado de Figueiredo.

A fonte ainda assegura que a aproximação se deu quando Jameson Malheiros estreitou relações com Pará, ainda no ano de 2019.

O nome seria da esposa do Assessor Especial de Pará Figueiredo, **Remi Arruda**.

## **CENTROS DE CONCILIAÇÃO DO TJMA REGISTRAM AUMENTO NA PROCURA POR SESSÕES DE DIVÓRCIO DURANTE A PANDEMIA**

Mais de 90% das sessões realizadas resultaram em acordos entre as

Durante o período de isolamento social por conta da pandemia, a procura por sessões virtuais de conciliação junto aos Centros de Solução de Conflitos da Justiça maranhense, especialmente as relativas a divórcios, tem crescido de forma bastante expressiva, seguindo uma tendência nacional.

De acordo com levantamento feito pelo Google Brasil, entre os dias 13 e 29 de abril deste ano, houve um aumento vertiginoso de quase 10.000% na busca pelo termo “divórcio online gratuito”. Na pesquisa, que abrange todo o país, a pergunta “como dar entrada em um divórcio” registrou crescimento de 82%.

### **O NOVO NORMAL**

Segundo o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec-TJMA), desembargador José Luiz Almeida, “o fato reflete uma adequação emergencial na fase de isolamento social, que poderá se tornar uma rotina para a população, em relação ao que os estudiosos chamam de “novo normal”, com a incorporação definitiva das práticas vividas durante a pandemia, dentre elas, as sessões virtuais de conciliação”, frisou.

O coordenador do Nupemec do TJMA, juiz Alexandre Abreu, ressalta que tanto a procura por sessões de divórcio, por videoconferência, nos Centros de Solução de Conflitos do Maranhão, quanto o índice de acordos na área têm crescido diariamente. Nesses dois últimos meses, o percentual de conciliação referente a divórcios e questões de família (guarda, alimentos, reconhecimento de paternidade etc.) superou 90% de acordos, ou seja, alcançou êxito na maior parte das audiências realizadas. “Como coordenador do 1º Centro de Conciliação de São Luís, tenho recebido inúmeros pedidos de audiência por intermédio de advogados e defensores, mas muitos são feitos pelas próprias partes residentes em São Luís, no interior do Maranhão, em outros estados, e até em outros países, como já experimentamos, recentemente, em sessão promovida pelo 1º Centro de Família”, frisou.



## **COMARCA REALIZA MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS CRIMINAIS POR VIDEOCONFERÊNCIA EM MONÇÃO**

A Vara Única da Comarca de Monção está realizando uma série de audiências criminais com réus-presos, com base na tecnologia de videoconferência do Judiciário estadual. O esforço concentrado teve início na última segunda-feira (15/06) e prossegue até o dia 23 de junho. A pauta prevê audiências para os períodos da manhã e tarde.

As ações do mutirão estão sendo presididas pelo juiz João Vinícius Aguiar dos Santos, titular da Vara Única da Comarca, e objetivam dar celeridade à tramitação de processos criminais cujos réus se encontram recolhidos provisoriamente em unidades prisionais. O magistrado destaca que as ações estão atendendo todos os critérios legais e que os direitos dos réus estão sendo assegurados.

Os trabalhos envolvem esforços dos servidores da Vara Única e a participação efetiva do promotor de justiça Tibério Augusto Lima de Melo e advogados que militam na região. Dos 14 processos com réus-presos pendentes de instrução na Comarca, 13 estão na pauta do mutirão para que seja encerrada essa fase processual.

A informação é de que poderá haver sentença em banca - quando, em audiência, acusação e defesa apresentam alegações finais, restando ao magistrado apreciação destas e a aplicação da sentença na mesma sessão. Os processos também poderão seguir conclusos para sentença posterior.

De acordo com informações da Secretaria da Vara Única, o formato de mutirão tem sido utilizado no Fórum de Monção para eliminar eventuais “gargalos” e agilizar a tramitação processual. A secretária judicial da Comarca, Karoline Neris, informa que, antes do criminal, também foram realizados mutirões de consignados e previdenciário.

### **A COMARCA**

O Município de Monção fica localizado a 288 Km de São Luís e possui 33.430 habitantes. A Comarca é de Entrância Inicial e foi criada por meio da Lei Complementar Nº. 14/1991, sendo instalada em dezembro de 2003. Pela localização geográfica, pertence ao Polo Judiciário de Bacabal e possui como Termo Judiciário o Município de Igarapé do Meio.

De acordo com informações obtidas no Sistema Termojuris, disponível na página eletrônica da Corregedoria da Justiça do Maranhão ([www.tjma.jus.br/cgj](http://www.tjma.jus.br/cgj)), existem na Comarca de Monção 4.973 processos em tramitação.

### **CONTATO**

Em razão da pandemia da Covid19, a Comarca está utilizando contatos alternativos para atendimento ao

público. Demandas podem ser encaminhadas para o e-mail [vara1\\_mon@tjma.jus.br](mailto:vara1_mon@tjma.jus.br) ou o interessado pode entrar em contato pelo telefone (98) 3664-4547, que também recebe mensagens pelo aplicativo WhatsApp.

(Fernando Souza/ Assessoria de Comunicação da

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão)

## **Suspeito de liderar esquema de pirâmide financeira será monitorado por tornozeleira eletrônica**

Estima-se que o esquema possa ter movimentado cifras na ordem de centenas de milhões de reais, com capacidade para ser considerada uma das maiores pirâmides financeiras de que se tem conhecimento.  
20 de junho de 2020, 14:42h 0 0 Menos de um minuto

A Murad Júnior Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Superintendência de Polícia Civil da Capital - SPCC e (Delegacia Especializada de Defraudações e do 4º DP do Vinhais), no curso de investigações criminais ainda em trâmite pelos crimes de estelionato, crimes contra a economia popular, e outros eventualmente descobertos no decorrer das investigações, representou ao Poder Judiciário por medidas cautelares de investigado responsável por captar recursos milionários de terceiros sob o pretexto de investir no mercado de capitais.

O Poder Judiciário, com participação do Ministério Público, atendendo parcialmente ao pedido das Autoridades Policiais, determinou ao investigado de iniciais A.J.M.J, 38 anos de idade (conhecido popularmente Abdon Murad Júnior), a entrega do passaporte, a proibição de deixar a sede da Comarca e o uso de tornozeleira eletrônica.

Estima-se que o esquema possa ter movimentado cifras na ordem de centenas de milhões de reais, com capacidade para ser considerada uma das maiores pirâmides financeiras de que se tem conhecimento. Não é possível nesta fase da investigação se estimar o número de vítimas.

As investigações continuam de forma a identificar o destino dos valores arrecadados pelo médico sob o pretexto de investimento no mercado financeiro. Ressalte-se que, a medida cautelar deferida não constitui antecipação de culpa, posto tratar-se de fato complexo, sendo cogente averiguar-se de forma minuciosa a real dimensão do envolvimento do aludido investigado e eventuais envolvidos.

## **Procura por sessões de divórcio durante a pandemia aumentou no Maranhão**

Publicado em 20, de junho 2020 às 9:54 por Aline Barros

Durante o período de isolamento social por conta da pandemia, a procura por sessões virtuais de conciliação junto aos Centros de Solução de Conflitos da Justiça maranhense, especialmente as relativas a divórcios, tem crescido de forma bastante expressiva, seguindo uma tendência nacional.

De acordo com levantamento feito pelo Google Brasil, entre os dias 13 e 29 de abril deste ano, houve um aumento vertiginoso de quase 10.000% na busca pelo termo “divórcio online gratuito”. Na pesquisa, que abrange todo o país, a pergunta “como dar entrada em um divórcio” registrou crescimento de 82%.

O coordenador do Nupemec do TJMA, juiz Alexandre Abreu, ressalta que tanto a procura por sessões de divórcio, por videoconferência, nos Centros de Solução de Conflitos do Maranhão, quanto o índice de acordos na área têm crescido diariamente. “Como coordenador do 1º Centro de Conciliação de São Luís, tenho recebido inúmeros pedidos de audiência por intermédio de advogados e defensores, mas muitos são feitos pelas próprias partes residentes em São Luís, no interior do Maranhão, em outros estados, e até em outros países, como já experimentamos, recentemente, em sessão promovida pelo 1º Centro de Família”, frisou.

Nesses dois últimos meses, o percentual de conciliação referente a divórcios e questões de família (guarda, alimentos, reconhecimento de paternidade etc.) superou 90% de acordos, ou seja, alcançou êxito na maior parte das audiências realizadas pelos conciliadores dos Cejusc’s do Maranhão, por videoconferência.

## Comarca realiza audiências por videoconferência e mantém fluxo processual durante Plantão Extraordinário

20/06/2020 04:03:12

A Comarca de Riachão (765km da Capital) realizou as primeiras audiências virtuais por meio do sistema de webconferência do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA. O juiz Francisco Bezerra Simões, titular da unidade judicial, presidiu duas audiências criminais nesta quarta-feira, dia 17, em processos de réus que estão presos na Unidade Prisional de Ressocialização - UPR de Balsas.

Além das audiências criminais, a Vara Única de Riachão também tem efetivado atos virtuais nas ações dos Juizados Especiais, seguindo orientação dada pelo [Provimento n.º 22/2020](#) da Corregedoria Geral da Justiça - CGJMA. Um calendário de audiências já foi estabelecido pela unidade, que tem audiências, por videoconferência, agendadas para acontecer a partir de 1º de julho.

O magistrado Francisco Simões explica que a Comarca de Riachão, mesmo com o advento do Plantão Extraordinário determinado pelo Judiciário em todo país como medida preventiva ao coronavírus, tem trabalhado de forma remota para manter o andamento processual. "Disponibilizamos contatos alternativos e o e-mail da comarca, para atendermos da melhor forma possível advogados e partes que dependem dos serviços essenciais da Justiça em Riachão", frisa.

**CONTATO** - Durante o Plantão Extraordinário, prorrogado pelo TJMA e CGJ até o próximo dia 30, a comarca atende pelo e-mail [vara1\\_ria@tjma.jus.br](mailto:vara1_ria@tjma.jus.br) ou pelos telefones (99) 3531-0054 e (99) 98801-4945 (ligação e WhatsApp). A Secretaria Judicial solicita que no momento do contato seja fornecido identificação das partes e número do processo.

POSTLINK%%

## **2ª Vara de Santa Inês produz mais de 10 mil atos durante a pandemia**

**19/06/2020 18:10:40**

A 3ª Vara da Comarca de Santa Inês produziu 10.180 atos processuais, desde o início do trabalho remoto instituído durante o plantão extraordinário adotado pelo Poder Judiciário, para dar continuidade à prestação da Justiça durante a pandemia da Covid-19.

Dentre esses atos, foram emitidos 1.014 despachos, 120 decisões e 288 sentenças e liberou R\$ 949.625,06 em alvarás judiciais. A unidade recebeu, nesses três meses, 88 processos, segundo dados do sistema Termojuris e Jurisconsult. A vara possui atualmente um acervo virtual de 1.188 processos, e desse total, apenas 705 penderes de julgamento.

Essa produtividade foi alcançada com a realização de trabalho remoto, pelos servidores da secretaria judicial da vara, e pelo juiz Alexandre Antônio José de Mesquita, titular da unidade, com o auxílio de recursos tecnológicos disponibilizados pelo Poder Judiciário, como o sistema de webconferência, que possibilitaram a continuidade da celeridade na prestação jurisdicional, e, ao mesmo tempo, cumprimento das regras de isolamento social.

O juiz baixou a Portaria (1450/2020) autorizando a expedição de alvarás judiciais eletrônicos, em que a vara envia o documento ao Banco do Brasil, e este transfere o valor devido diretamente para a conta do beneficiário, sem a necessidade de contato físico entre servidores, advogados e bancários.

A secretaria judicial disponibilizou um contato pelo aplicativo de mensagens whatsapp business (99-98234-0784) para atendimentos aos advogados, de modo a garantir que as partes processuais não fossem prejudicadas, além de oferecer atendimento pelo próprio juiz, por meio de videoconferência.

POSTLINK%%

## **Diretoria do Fórum de São Luís implementa novo procedimento para a retirada de autos físicos**

**20/06/2020 02:11:29**

A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa implantou, com o apoio técnico do Núcleo de Planejamento da CGJ, nova sistemática para a carga de processos, atendendo a pedido da Associação dos Credores de Precatórios do Estado no Maranhão.

A eclosão da pandemia Covid-19 impôs protocolos de segurança que modificaram a rotina de atendimento dos cartórios por meio da implementação de rodízio de servidores e da redução do horário de atendimento.

A solução encontrada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão para a demanda da carga de processos priorizou o atendimento ao público e os níveis de segurança sanitária, preservando a saúde de jurisdicionados e serventuários da justiça.

**PROCEDIMENTO** - Pela nova sistemática, o advogado interessado se encaminhará ao Posto de Instrução Processual, na área externa do Fórum, e solicitará a carga dos autos mediante protocolo, presencialmente ou por meio do sistema drive thru. No prazo de 24h o processo físico será disponibilizado para retirada no posto. O advogado poderá então digitalizar ou tirar cópias de peças processuais necessárias para a formalização do pedido de pagamento do precatório. A devolução dos autos deverá ser feita em 48h no Posto de Instrução.

**SERVIÇO** - A nova sistemática já está em operação desde o dia 15 deste mês. A carga de processos físicos pode ser feita no Posto de Instrução Processual de segunda a sexta, das 8h às 18h, até o dia 30/06/2020.

POSTLINK%%

## Desembargador Marcelino Everton é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

20/06/2020 08:03:57

O desembargador Marcelino Everton é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (19) até domingo (21), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Laércio Dutra Martins e Sandra N. B Macedo. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 22 a 28 de junho, o desembargador Kleber Carvalho é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância. A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "[Plantão de 2º Grau](#)".

SÃO LUÍS - No 1º Grau - Comarca da Ilha - os juízes José Brígido da Silva Lages (7ª Vara Cível de São Luís) e Janaína Araújo de Carvalho (Auxiliar de Entrância Final), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste final de semana são as servidoras Dayana Oliveira (7ª Vara Cível de São Luís) e Karinne Carvalho (2ª Vara da Mulher).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Mais informações sobre o Plantão de 1º Grau, clique [AQUI](#).

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

POSTLINK%%